

**ELEMENTOS DA NATUREZA,  
ARTEFATOS HISTÓRICOS, OBJETOS  
FOLCLÓRICOS: SENTIDOS E  
REPRESENTAÇÕES ATRIBUÍDAS À  
COLEÇÃO ETNOLÓGICA DO MUSEU  
JÚLIO DE CASTILHOS (1901-1958)**



ELEMENTS OF NATURE, HISTORICAL  
ARTIFACTS, FOLKLORE OBJECTS: MEANINGS  
AND REPRESENTATIONS ATTRIBUTED TO THE  
ETHNOLOGICAL COLLECTION OF THE JÚLIO DE  
CASTILHOS MUSEUM (1901-1958)

Roberta Madeira de Melo,  
Zita Rosane Possamai



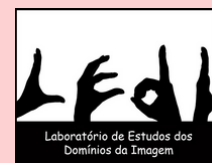
2/2

**A CULTURA  
MATERIAL**

*objetos, imagens e representações*

Organização:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Eliane  
Parreiras Marques Martinez



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

Volume 15 . Número 28  
. Jan/Jul 21

# Elementos da natureza, artefatos históricos, objetos folclóricos: sentidos e representações atribuídas à coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)

## Elements of nature, historical artifacts, folk objects: meanings and representations attributed to the ethnological collection of the Júlio de Castilhos Museum (1901-1958)

Roberta Madeira de Melo<sup>1</sup>

Zita Rosane Possamai<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo analisamos como se formou a coleção etnológica do Museu Júlio de Castilhos e quais foram as representações e sentidos sobre os povos indígenas produzidos pelo museu no período de 1901-1958. Com esse intuito, investigamos as quatro primeiras direções do museu, destacando as semelhanças e as singularidades dessas administrações nos processos de musealização dos objetos indígenas. Demonstramos que, no período analisado, os objetos indígenas foram considerados como objetos científicos, vinculados aos estudos de História Natural como artefatos históricos e como objetos que representavam culturas folclóricas. Compreendemos assim, que a história das coleções e da musealização dos objetos indígenas contribui para a compreensão de como se produziram imaginários acerca dos povos originários em espaços museais e, ainda, colabora para a problematização crítica da relação dos museus com as nações indígenas.

**Palavras-chave:** Museu Júlio de Castilhos; Indígenas; Coleções; Representações; Colonialidade.

**Abstract:** In this article, we analyze how the ethnological collection of Júlio de Castilhos Museum was formed and which were the representations and meanings about the indigenous people produced by the museum from these artifacts in the period 1901-1958. For that purpose, we investigate the first four administrations of the museum, highlighting the similarities and singularities of them in the processes of the musealization of indigenous objects. We demonstrate that during the period analysed, indigenous objects were read as scientific objects, linked to Natural History studies, as historical artifacts, and as objects representing folk cultures. Therefore, we understand that the historical analysis of the musealization of indigenous objects contributes to the understanding of how the imaginaries were produced about the indigenous people in museum spaces and also contributes to the critical problematization of the relationship between museums and indigenous nations.

**Keywords:** Júlio de Castilhos Museum; Indigenous people; Collections; Representations; Coloniality.

<sup>1</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. E-mail: roberta-91melo@gmail.com, ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3386-5065>.

<sup>2</sup> Pós-Doutorado pela Université Sorbonne Nouvelle, Paris, França. Professora Associada dos Programas de Pós-graduação em Educação e Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail: zitapossamai@gmail.com, ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4014-5389>.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo<sup>3</sup> analisamos as representações produzidas pelo Museu Júlio de Castilhos (MJC)<sup>4</sup>, a partir de sua coleção etnológica, no período entre 1901 e 1958. Buscamos investigar o processo de musealização e compreender os significados atribuídos aos objetos na condição de peças de museus.

A reflexão que propomos enfoca a coleção etnológica. Nesse sentido, é importante discorrer sobre o conceito de coleção e sobre as práticas de colecionamento. De acordo com Krzysztof Pomian (1984), o hábito de colecionar não começou com a criação dos museus, pois no decorrer da história humana diversas sociedades colecionaram objetos a partir de sentidos díspares. Desse modo, ao colecionar determinados artefatos estas sociedades uniam o mundo considerado visível ao invisível (tudo que o ser humano não consegue ver ou tocar), por meio de significados dados a esses objetos. Nesse contexto, quando os objetos são colecionados adquirem novos sentidos, tornam-se semióforos (POMIAN, 1984, p. 71).

Para compreender esses novos sentidos, utilizamos os conceitos de imaginário e representação, advindos da História Cultural. Conforme Sandra Pesavento (1995), o imaginário é um conjunto de representações criadas pelos indivíduos com o intuito de atribuir sentidos para o mundo em que vivem. Essas representações tomam forma através de objetos, de imagens, de discursos científicos, de narrativas, e são produzidas em diferentes espaços, tais como escolas, igrejas, meios de comunicação, universidades, ambientes familiares, museus, entre outros. As representações são expressas a partir dos interesses dos agentes sociais e de suas experiências (BACZKO, 1991) e, embora sejam historicamente construídas, são naturalizadas pela sociedade.

Como mencionado, o museu é um dos locais onde representações são construídas e imaginários são conformados por meio de determinadas práticas atinentes ao saber museológico. Desse modo, compreender a história da musealização de certos objetos em um museu contribui para a reflexão sobre quais os sentidos que a sociedade constrói sobre determinados grupos sociais em épocas distintas. No caso deste artigo, refletimos sobre as representações produzidas sobre os povos indígenas a partir do processo de musealização dos objetos que formaram a coleção etnológica de um museu localizado na América Latina.

De acordo com Quintero (2010), a perspectiva europeia de conhecimento, de cultura e modo de viver tornou-se hegemônica e universal por meio do processo de colonização da América. Embora ocorridas as independências latino-americanas (séc. XIX), as relações de poder entre os colonizados e os colonizadores se perpetuaram a partir de uma nova configuração de poder, denominada de “colonialidade do poder, do saber e do ser” por Quijano (2005). Para ele, a colonialidade permitiu que heranças colonialistas

<sup>3</sup> Esse artigo tem como base a Dissertação de Mestrado, de autoria de AUTORA 1, intitulada *Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, sob orientação de AUTORA 2.

<sup>4</sup> O Museu Júlio de Castilhos localiza-se na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

de poder se perpetuassem em diferentes campos das relações sociais entre quem outrora foi colonizado e quem colonizou a América. Um desses campos foi o do saber, e desse modo, hierarquias sociais foram naturalizadas através de estudos científicos produzidos com base em paradigmas europeus.

Nesse contexto, ressaltamos que essa nova configuração de poder influenciou as bases teóricas que constituíram os museus latino-americanos. Para Quintero:

[...] la invención de América implicó la apropiación del continente y su integración en el imaginario eurocristiano. Los colonos tuvieron no solo el poder económico y político sino el poder del discurso [...] Las poblaciones nativas o transplantadas fueron vistas como parte de la naturaleza que los científicos habían construido como objeto de estudio, en ningún caso se aceptó la posibilidad de que fuesen sujetos productores de un saber que gozase de la suficiente legitimidad para ser conocido por el sistema colonizador. (QUINTERO, 2010, p. 91-92).

À vista disso, diferentes práticas, como a classificação racial dos colonizados pelos colonizadores, instituíram a colonialidade de um saber, calcado na racionalidade iluminista e na mundialização das ciências. Palavras como civilização, progresso e desenvolvimento tornaram-se paradigmas que configuraram as representações da modernidade nas sociedades. Desse modo, as interpretações das relações históricas, culturais e sociais dos povos colonizados pelos europeus foram condicionadas por uma perspectiva supostamente neutra, mas internamente racista e etnocêntrica (QUINTERO, 2010). Essa leitura dos povos outrora colonizados também foi adotada pelos museus latino-americanos, que, influenciados pelas epistemologias europeias, acabaram por enxergar suas próprias culturas com os olhos europeus (VARINE, 2014; BRULON, 2020).

Nesse sentido, investigamos as quatro primeiras gestões do MJC, contextualizando-as com a colonialidade dos museus latino-americanos, a partir das seguintes indagações: como se formou a coleção etnológica? Quais as práticas presentes na musealização dos artefatos? No decorrer destas gestões, houve rupturas, heranças nas formas de musealização dos objetos indígenas? As representações indígenas foram produzidas da mesma forma? Quais as influências do pensamento colonizado na interpretação e exposição da cultura material indígena no MJC?

Para responder as questões levantadas acima, procuramos passar por cada administração, considerando suas práticas na curadoria da coleção indígena do museu. A primeira direção do museu, sob o comando de Francisco Rodolfo Simch<sup>5</sup> (1903-1925), caracterizou-se pela ênfase nos estudos de História Natural<sup>6</sup> do Rio Grande do Sul. De modo diverso, a gestão de Alcides Maya<sup>7</sup> (1925-1939) dedicou-se a transformar o MJC em um museu de história e dividiu a instituição em dois departamentos: História Nacional e História Natural, dando maior atenção ao primeiro departamento (SILVA, 2018; NEDEL, 1999); nesse período, o museu ficou fechado ao público por 14 anos.

<sup>5</sup> Nascido em Santa Cruz do Sul, bacharel em Direito, lecionou na Faculdade de Direito de Porto Alegre entre os anos de 1909 e 1936, ano em que faleceu. Teve significativa atuação no pensamento econômico da época em que viveu (POSSAMAI; SILVA, 2020).

<sup>6</sup> Nos séculos XVIII, XIX e início do XX, a História Natural era considerada uma disciplina científica que abarcava diversos saberes: biologia, zoologia, botânica, paleontologia, geologia, mineralogia, arqueologia, etnologia e antropologia. Os estudos da humanidade subordinavam-se, desse modo, ao viés dos estudos da natureza (PAZ, 2015).

<sup>7</sup> Nascido em São Gabriel, foi um escritor, político e jornalista. Foi Deputado Federal pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) (SILVA, 2018).

Durante a administração de Emílio Kemp<sup>8</sup> (1939-1952), o MJC voltou-se para ações pedagógicas, pois o diretor presava pela aproximação entre a instituição e as escolas. Além de abrir as portas do museu para estudantes e professores, o diretor ajudou diversas escolas a formarem museus escolares ao doar peças da coleção etnológica para instituições de ensino. Já no período em que Dante de Laytano<sup>9</sup> administrou o museu (1952-1958), houve uma valorização da memória, da história e da cultura rio-grandense através do diálogo entre a história e os estudos folclóricos<sup>10</sup> (NEDEL, 1999).

Atualmente, a coleção etnológica do MJC é composta por 2.202 itens, o que representa 18% de seu acervo<sup>11</sup>, composto atualmente por mais de 11 mil registros. Muitos desses objetos foram adquiridos pelo museu durante essas direções, entre os quais: machados, boleadeiras, cachimbos, painéis, cerâmicas, zarabatanas, arcos, flechas, adornos de penas, igaçabas, entre outras peças (MELO, 2019). Esses objetos foram submetidos a determinadas práticas características do saber museológico. Foram, portanto, coletados, comprados ou recebidos em doação, classificados, estudados e colocados em exposição. Essas práticas instauraram determinados significados atribuídos a esses objetos pelos diretores ou funcionários do museu. Quais seriam essas representações? É isso que procuramos responder.

## OBJETOS DE HISTÓRIA NATURAL

As primeiras instituições museais brasileiras, o Museu Nacional (1818), o Museu Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1890) se caracterizavam como museus enciclopédicos voltados para a coleta, a classificação e a pesquisa no âmbito dos saberes englobados pela História Natural. Seus acervos eram formados por coleções diversificadas, desde elementos da natureza, objetos de povos originários a artefatos e documentos vinculados ao passado. Nestes locais, esses materiais eram salvaguardados, estudados e classificados de acordo com as epistemologias positivistas, cientificistas e evolucionistas trazidas da Europa (SCHWARCZ, 1993).

Nesse contexto, os objetos dos povos originários eram estudados por naturalistas, etnólogos, arqueólogos e antropólogos que, inspirados nas ideias evolucionistas e racialistas, classificavam esses e outros povos a partir do conceito biológico de raça. O estudo das diferentes raças biológicas se dava através de uma perspectiva hierárquica e evolucionista, na qual a raça branca era compreendida como avançada e as demais estariam em patamares inferiores (PAZ, 2015).

Fundado em 1903, o Museu Júlio de Castilhos, em suas primeiras décadas de existência, também apresentava as nuances de um museu de História Natural e dispunha de coleções diversas, como a de objetos indígenas (NEDEL, 1999; SILVA, 2018, POSSA-

<sup>8</sup> Nascido em 1874, no Rio de Janeiro foi médico, jornalista, professor e poeta (MELO 2019).

<sup>9</sup> Nascido em 1908, na cidade de Porto Alegre, foi um intelectual que atuou como jornalista, advogado, educador e historiador. Participou da fundação de diversas instituições de ensino, como por exemplo, as duas primeiras Faculdades de Filosofia do Rio Grande do Sul vinculadas, respectivamente à Pontifícia Universidade Católica e à Universidade do Rio Grande do Sul. Antes de ser diretor, já se destacava no meio historiográfico ao trabalhar no Museu Júlio de Castilhos com Alcides Maya e Eduardo Duarte. Após ser diretor do museu, se dedicou à carreira acadêmica, se aposentou em meados da década de 1980 (NEDEL, 1999).

<sup>10</sup> Na década de 1950, os estudos folclóricos eram integrados às ciências antropológicas e culturais.

<sup>11</sup> Essa informação foi obtida através de consulta do programa Donato – sistema de organização digital do acervo do Museu Júlio de Castilhos.

MAI, 2012b). Essa coleção teve seus primeiros objetos adquiridos antes mesmo do museu ser formalmente criado. Na Exposição Estadual de 1901, uma exposição de objetos indígenas foi apresentada pelo então denominado Museu do Estado, fundado somente dois anos depois<sup>12</sup>. Deste modo, em 1903, o diretor Francisco Rodolfo Simch dividiu as coleções do museu em quatro seções<sup>13</sup>, colocando 192 objetos indígenas na terceira seção, intitulada Antropológica e Etnológica. Nessa seção, os objetos eram divididos em: armas, utensílios, adornos e produtos de indústria.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, o museu coletou objetos indígenas de diferentes maneiras e chegou a reunir mais de mil exemplares em sua coleção. Os artefatos eram encontrados por acaso e coletados por ocasião das excursões científicas em busca de minérios, empreendidas pelo próprio diretor. Esses artefatos também foram adquiridos por meio de doações e vendas efetuadas por pessoas leigas aos assuntos científicos ou por colecionadores particulares. Grande parte dos objetos indígenas foi encontrada no território rio-grandense e, embora a documentação do museu não registre informação, esses artefatos possivelmente pertenciam aos ancestrais dos Guarani, Kaingang, Minuanos e Charrua, povos que transitaram pelo território gaúcho.

Dos seus usos de origem até a chegada ao museu, esses objetos passaram por um complexo processo de musealização, que envolveu aquisição de documentação, estudo e exposição (CURY, 2005). Através dessas práticas os objetos se tornam peça de museu e adquirem significados distintos do que outrora tiveram. Nesse sentido, questionamos acerca de quais seriam esses outros significados que os objetos indígenas passaram a ter no MJC, enquanto peça de museu.

Embora a documentação histórica sobre o museu não aponte de forma significativa como os objetos indígenas eram tratados pelos funcionários, encontramos algumas pistas que nos ajudam a refletir sobre o tema. Uma delas está em um artigo científico da Revista Kosmos (revista Artística, Científica e Literária do Rio de Janeiro) publicada em 1906. Escrito por um doador do MJC, Octacílio Barbedo, colecionador particular e entusiasta dos estudos arqueológicos, o artigo Cerâmica dos Índios do Rio Grande do Sul apresenta um estudo feito pelo autor acerca das cerâmicas indígenas presentes na coleção etnológica do MJC.

No discorrer sobre as cerâmicas, Barbedo chama a atenção para uma igaçaba<sup>14</sup>. Para ele, era uma das peças de cerâmica mais preciosas do MJC. O autor informa que esse objeto foi descoberto em um sambaqui, localizado na costa da Lagoa dos Quadros<sup>15</sup>. A respeito da igaçaba Barbedo expõe:

[...] esse precioso artefato, talvez único no Rio Grande do Sul, pelos seus lavrões, volume e perfeição, pertence a grande série de necrópoles funerárias, preciosos monumentos arqueológicos que se levantam bordando esses estendes savanas de areias banhas pelo Atlântico que formam as re-

<sup>12</sup> No Rio Grande do Sul de 1901, a Exposição Estadual era a primeira grande amostra realizada sob o governo republicano e teve a participação de 60 municípios, 2.200 expositores e 8.872 exemplares apresentados com o objetivo de mostrar as riquezas do estado. Conforme o Catálogo da Exposição de 1901 um dos expositores era o Museu do Estado (MELO, 2019, p. 39).

<sup>13</sup> As quatro seções eram: zoologia e botânica; mineralogia, geologia e paleontologia; antropologia e etnologia; ciências, artes e documentos históricos (POSSAMAI, 2012b).

<sup>14</sup> Urna funerária. Barbedo acentua que esta peça pertenceu aos indígenas "boto-cudos", termo utilizado para designar diferentes povos indígenas.

<sup>15</sup> Localizada no litoral gaúcho, na cidade de Capão da Canoa.

giões praieiras do Rio Grande do Sul, terreno úbere em relíquias indígenas (BARBEDO, 1906, n.p).

Nas palavras ditas acima, o autor considera a igaçaba uma “reliquia” indígena do Rio Grande do Sul. Barbedo também destaca que o artefato foi encontrado nas regiões praieiras do estado, para ele “terreno úbere em relíquias indígenas”. Nesse sentido, se pensarmos no contexto histórico no qual Barbedo escreve o artigo, podemos compreender a necessidade do autor em destacar que no Rio Grande do Sul também existiam vestígios arqueológicos a serem explorados cientificamente. Entre o final do século XIX e início do XX, os museus com maior visibilidade, como o Museu Paraense (SANJAD, 2005), o Museu Nacional (LOPES, 2005), o Museu Paranaense (CARNEIRO, 2013) e o Museu Paulista (BREFE, 2005), tinham entre suas atividades a pesquisa e o registro de objetos arqueológicos e etnológicos. Esse dado demonstra que os estudos arqueológicos vinculados à História Natural estavam em efervescência no país (SANJAD, 2005), e os artefatos arqueológicos recebiam uma especial atenção dos museus. Ainda, segundo Sanjad:

Na arqueologia do século XIX, a descrição dos vestígios materiais de antigas ‘civilizações’ era central. Pinturas e gravuras rupestres, material cerâmico e lítico, carvão e ossos – tudo servia para dar base às interpretações e teorias em jogo (...) as coleções de cerâmica, machados de pedra, tembetás e outros artefatos indígenas despontavam como fundamentais para a comparação de formas, estilos decorativos, materiais, usos e significados – um exercício que tinha como fim estabelecer relações, filiações e hierarquias entre diferentes etnias e entre estas e a sociedade nacional. (SANJAD, 2005, p.324)

Essas comparações hierárquicas não eram só feitas nas leituras arqueológicas, conforme podemos verificar na justificativa dada pelo diretor Simch a respeito da escolha em salvar os objetos advindos da região das missões na seção 3, de Antropologia e Etnologia. Assim argumentava o diretor Simch:

[...] visto ser justo mostrar de um lado a rudez dos trabalhos dos nossos indígenas e do outro o alto grau de aperfeiçoamento a que estes mesmos indígenas chegaram sob a hábil direção daqueles paladinos da civilização de outra era. (RIO GRANDE DO SUL, 1904).

De acordo com o diretor, graças à tutela dos padres jesuítas os povos Guarani foram capazes de fabricar peças com “alto grau de aperfeiçoamento” (RIO GRANDE DO SUL, 1904). A visão de Simch indica, portanto, que os Guarani sozinhos não eram capazes de fabricar objetos sofisticados, talvez, por acreditar que eles eram inferiores ou primitivos ao compará-los com os paladinos daquela civilização missionária, no caso, os jesuítas. Percebe-se, com esse exemplo, que a cultura Guarani não era vista como capaz de produzir arte e que a visão de Simch coadunava-se com uma perspectiva eurocentrada que inferiorizava as culturas de outros povos não provenientes do velho continente.

As culturas materiais dos povos originários eram pesquisadas, classificadas, musealizadas e interpretadas como objetos científicos. Embora compreendidos como universais e neutros, os estudos e classificações eram realizados a partir dos paradigmas científicos europeus que instituíam determinados posicionamentos aos grupos numa escala evolutiva da humanidade. Na perspectiva dos estudos raciais, por estarem os europeus localizados no topo de uma hierarquia vinculada à civilidade e modernidade, os povos originários eram concebidos como primitivos, selvagens e atrasados (SCHWARCZ, 1993; PAZ, 2015). Desse modo, aos objetos indígenas submetidos às práticas de musealização eram atribuídos significados em conformidade com esse viés da colonialidade do saber, classificados como pertencentes a culturas “primitivas” e “selvagens” abarcados pela História Natural, assim como a fauna e a flora.

Como visto, durante a direção de Francisco Rodolfo Simch, a coleção etnológica foi concebida a partir da História Natural em conformidade com o contexto histórico em que o museu foi fundado, calcado num movimento internacional dos museus de ciências naturais (PODGORNY; LOPES, 2014) e nas perspectivas e práticas científicas então vigentes. Os objetos indígenas no museu instituíram esses povos como selvagens, primitivos e incapazes de produzir arte e eram estudados para se identificar e compreender os primeiros habitantes do estado.

## OBJETOS DE HISTÓRIA E DE FOLCLORE

Até o fim da gestão de Simch a coleção etnológica foi estudada e classificada a partir da História Natural. No decorrer das gestões de Alcides Maya (1925-1939), de Emílio Kemp (1939-1952) e de Dante de Laytano (1952-1958), os sentidos atribuídos à coleção etnológica transitaram entre a História Natural, a História e o folclore.

Embora a administração de Alcides Maya tenha sido caracterizada por privilegiar as coleções de objetos e documentos históricos (POSSAMAI; SILVA, 2020), a coleção etnológica continuou a ser fomentada. Os objetos adquiridos vieram, em sua maioria, de cidades do estado gaúcho, e eram adquiridas por compra, doação ou excursões científicas, que, diferentemente da gestão passada, eram realizadas com o intuito de coletar objetos indígenas, tal como ocorrera em 1929, quando o diretor e um funcionário foram até Novo Hamburgo a fim de coletar objetos indígenas (RIO GRANDE DO SUL, 1929). Geralmente, essas excursões eram financiadas pelo governo do estado, mas quando esse financiamento não era possível, os funcionários do museu custeavam as viagens quando julgavam relevantes os artefatos a serem adquiridos. Após coleta e avaliação, os funcionários classificavam o objeto e colocavam-no em exposição ou o salvaguardavam no acervo.



Nesse sentido, é interessante destacar a organização do museu durante a gestão de Alcides Maya. Nesse período, as coleções foram divididas em dois departamentos: História Nacional – onde se organizavam as coleções vinculadas à História, como documentos, quadros de personalidades consideradas importantes e objetos históricos – e História Natural – onde se localizavam as coleções referentes às ciências naturais, nas quais estava a coleção etnológica –. No Departamento de História Nacional produzia-se a história dos grandes mártires do Rio Grande do Sul, a partir das documentações, dos objetos e das imagens consideradas com valor histórico. Nessa história predominavam como protagonistas os homens brancos do estado. No Departamento de História Natural eram estudadas a fauna, a flora, a mineração e as diferentes “raças” do território rio-grandense, dentre as quais estariam os diversos povos indígenas (SILVA, 2018).

Inseridos no Departamento de História Natural, os objetos indígenas eram estudados a partir da Antropologia e da Arqueologia. Todavia, algumas peças ganhavam outras interpretações, como foi o caso das esculturas missionárias. Embora tenham sido confeccionadas pelos Guarani das Missões, foram consideradas peças de arte e/ou relíquias históricas (THIELKE, 2014), por aludirem à ocupação jesuítica europeia. Outro exemplo dessa mudança de sentido pode-se observar no trecho documental referente às doações de seis flechas indígenas, doadas pelo estado de São Paulo:

Esses exemplares serão incorporados às referidas coleções com a nota de sua procedência, pois que assim constituem mais um documento para o estudo, no futuro, da história dos angustiosos dias por que passou a nossa cara pátria. (RIO GRANDE DE SUL, 1932, p. 239).

Como se pode verificar no trecho acima, as seis flechas foram adquiridas como documentos históricos. Elas eram registros de um período compreendido como angustiante pelo autor do documento. Embora esses objetos pertencessem a alguma nação indígena, para o museu isso não parecia ser importante. Por terem sido encontradas numa trincheira seu valor passou a ser histórico, pois elas estariam evocando um momento de tensão da chamada “Revolução Paulistana”<sup>16</sup> de 1932. Esses objetos, ao se aproximarem da história dos homens brancos, ganharam sentidos históricos. Do contrário seriam estudados a partir da história natural, como eram os demais.

Diferente dessa situação, quadros que retratavam indígenas eram recusados pelo diretor com a justificativa de que não eram do interesse do museu. Abaixo podemos observar a resposta de Alcides Maya ao fotógrafo Rafael Ferrari<sup>17</sup>, que ofereceu ao MJC retratos em tela de indígenas:

Em resposta à vossa carta enviada dia 02 do corrente, na qual apresenta a proposta de reproduzir em tela alguns retratos de índios, a fim de figurarem nas galerias do Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, tenho a informar que, de acordo com o plano deste Instituto, presentemente, só aceito temas artísticos referentes ao nosso Estado. Futuramente, porém, poderão ser incorporados, igualmente, às coleções do Museu, quadros de

<sup>16</sup> A “Revolução Paulista” ou “Constitucionalista” de 1932 foi uma guerra civil entre paulistanos, insatisfeitos com o Governo Federal, e o governo de Getúlio Vargas, presidente do Brasil.

<sup>17</sup> Rafael trabalhava na Fotografia Ferrari, em colaboração com o irmão Jacinto Ferrari, um dos mais proeminentes fotógrafos de Porto Alegre, nas primeiras décadas do século XX. Ambos eram, ainda, irmãos de Carlos, estabelecido na Fotografia Central. Os irmãos Ferrari eram italianos e vieram para o Brasil com o pai Rafael, na segunda metade do século XIX (POS-SAMAI, 2012a).

assuntos brasileiros ou americanos. Considero, portanto, inaceitável a vossa proposta. (RIO GRANDE DO SUL, 1928, p. 04).

Essa negativa do diretor aponta que ele não considerava tais quadros como peças relevantes para o museu naquele momento. Depreende-se de suas palavras que os povos originários estavam associados a assuntos americanos ou brasileiros. Ou seja, podemos compreender que havia uma exclusão dos povos indígenas da história do Rio Grande do Sul. Por almejar fazer do MJC um museu de história, Alcides Maya concentrou suas atividades na reestruturação interna do museu e, para alcançar seu intento, optou por manter a instituição fechada. Algumas peças foram expostas somente em eventos especiais, por exemplo, na Exposição do Centenário Farroupilha de 1935, quando ficaram em exposição as esculturas missionárias, as quais representavam a riqueza artística da região de ocupação jesuítica-guarani.

Díspar foi a gestão de Emílio Kemp, focada na educação e marcada pela abertura do museu ao público e pelas exposições das diferentes coleções do museu. Uma das primeiras ações efetuada por Kemp foi a organização das coleções em salas para que fossem expostas. O material arqueológico, etnológico e as estátuas das missões do século XVII foram instalados em uma sala chamada Alcides Maya, em homenagem ao diretor anterior. Outra prática realizada por Kemp a ser destacada foram as doações de objetos repetidos da coleção etnológica para museus escolares de instituições de ensino<sup>18</sup> do Rio Grande do Sul. Geralmente, as escolas solicitavam as peças por correspondências ou quando iam visitar o museu com estudantes.

A respeito das visitas escolares é interessante refletir sobre a percepção dos estudantes a respeito da coleção e da sala indígena. Em uma carta enviada por alunos do 3º ano do Grupo Escolar Dom Pedro I acerca da visita realizada pelo grupo no dia 14 de abril de 1944, os estudantes relataram o seguinte:

Ontem dia 14 de abril, fomos ao Museu Julio de Castilhos do qual é diretor o sr. Emílio Kemp, ex-diretor da Escola Normal. Na entrada, as primeiras coisas que vimos, foram os canhões. Mais adiante, nossa professora assinou o seu nome, o nome do grupo e o número de alunos que foram poucos, e foi pena. Subimos uma escada e logo encontramos muitas armas da Guerra do Paraguai e objetos de uso dos nossos grandes homens, que já não vivem para nossos olhos, mas para nossos corações. Fomos direto a Sala dos Índios que nos interessava em 1º lugar, porque estamos estudando os habitantes primitivos de nossa terra. Nossa professora nos explicou tudo e logo passamos para as outras salas [...]. (RIO GRANDE DO SUL, 1944, p. 141).

Destaca-se nesse relato que os alunos estavam estudando os “habitantes primitivos do Rio Grande do Sul”. Nesse sentido, a coleção indígena exposta no museu também se constituía em um recurso de ensino. Por meio da visita ao museu, a aula sobre “os povos primitivos” ganhava a experiência de todos os sentidos, e os estudantes não só ouviam falar sobre os indígenas, mas também tinham contato com painéis, flechas, plu-

<sup>18</sup> Instituições de Ensino que receberam doações do MJC na década de 1940: Escola Inácio Montanha, Escola Dona Leopoldina, Escola Normal Nossa Senhora da Medianeira de Bento Gonçalves, Instituto de Educação, Colégio São Carlos de Guaporé (MELO, 2019).

maria, boleadeiras, igaçabas, cerâmicas, cestarias, esculturas missioneiras, entre outras peças.

No museu, esses objetos representavam os “povos primitivos” que habitaram o território rio-grandense em um passado distante. Eram transformados em semióforos que adquiriam sentidos científicos e pedagógicos por intermédio das narrativas da professora que levou seus alunos ao museu e dos funcionários da instituição que receberam e comunicaram o que lá estava exposto. Portanto, os significantes, que eram os objetos, a narrativa, as imagens, constituíram significados, como a ideia de que os povos indígenas eram “primitivos”.

A partir da administração de Dante de Laytano, os objetos indígenas ganharam novos sentidos. Embora tenha mantido a organização da sala indígena e da coleção etnológica da mesma forma, os estudos sobre esse material seguiram caminhos vinculados ao diálogo entre a história e o folclore. Dante de Laytano acreditava que os povos indígenas, assim como as populações com ascendência europeia ou africana, formavam a identidade gaúcha, e, portanto, deveriam ser estudados e valorizados.

Um exemplo disso foi o trabalho de pesquisa sobre a coleção indígena produzida no museu. Intitulado *Material Indígena Existente no Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*<sup>19</sup>, o trabalho consistia em um levantamento sobre a coleção etnológica do museu e em estudos sobre os povos Kaingang e Guarani. Importa salientar que, na gestão de Dante de Laytano, as nações indígenas, principalmente as Guarani e Kaingang, começam a ser compreendidas pelo museu de forma heterogênea.

O trabalho de pesquisa dividia-se em: origem, coleções, classificações, catalogação, cartografia histórica, cartografia contemporânea (que incluía mapas dos postos indígenas, dos toldos indígenas, dos Kaingang e dos Guarani) e conclusão. Em anexo ao documento havia mais de 50 fotografias de indígenas e 56 fotografias de peças do museu (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 202). Essas imagens fotográficas foram obtidas por meio de solicitações do diretor aos prefeitos de municípios do estado que haviam registrado a presença de indígenas, seja em toldos ou postos, sob o controle do Serviço de Proteção aos Índios, instituição fundada em 1910 e que buscava oferecer assistência aos indígenas (BRASIL, 200-). Junto às imagens de objetos havia uma descrição da origem do objeto e a data de sua aquisição. Esse indício indica que a coleção indígena, apesar de não ter sido a coleção mais visada, não parece ter sido abandonada. O rol de fotografias dos objetos também mostra que os funcionários e o diretor buscaram dar visibilidade à coleção etnológica e sua procedência por meio do uso das imagens fotográficas, mesmo recurso utilizado para se retratar os povos originários.

A respeito do texto dessa pesquisa, evidenciamos que, nos itens “Origens” e “Coleções”, os autores descrevem a história da instituição e a origem dos primeiros objetos

<sup>19</sup> A pesquisa foi elaborada pelo diretor e por seus ex-alunos Orlando Suberad e Ascanio Ilo Frediani, em suas disciplinas, nas Faculdades de Filosofia, e, pelos funcionários do museu, Isa Cecilia Teixeira Stefani e Carlos Thomas Duarte, no ano de 1954 (RIO GRANDE DO SUL, 1954).

indígenas, apresentando uma lista dessas peças. Feita a descrição, os autores explanam sobre os povos indígenas presentes no Rio Grande do Sul e sobre regiões que habitaram. Destacam os municípios de Três Passos, Sarandi, Getúlio Vargas, Erechim, Passo Fundo e Lagoa Vermelha como locais onde esses povos foram localizados. Sobre isso, os autores afirmam que:

Os nativos estão localizados em Postos e Toldos, respectivamente, ou esses Postos e Toldos os cuidam, em determinadas áreas. Há sempre alguns raros índios nos municípios limítrofes, que saem dos lugares reservados a eles. O total de população indígena do Rio Grande do Sul é de 2888 pessoas, de dois únicos estoques tribais: kaingang (2641) e guarani (1941), ambos recentes no nosso território, pois as populações primitivas desapareceram no processo de migração. (RIO GRANDE DO SUL, 1954, p. 13).

No excerto acima, chama a atenção a utilização do termo “estoque” ao se relatar a quantidade de pessoas das etnias Guarani e Kaingang. Essa palavra remete a uma quantidade determinada de objetos em um determinado espaço e não de pessoas. Nesse sentido, o uso dessa palavra desumaniza os povos indígenas, aproximando-os de objetos.

A análise do texto evidencia os seguintes objetivos do trabalho de pesquisa: a busca por relatar a história da coleção etnológica, como ela foi adquirida e quais os objetos que a formaram, e a apresentação de dados estatísticos sobre os povos Guarani e Kaingang do estado.

Este trabalho de pesquisa foi apresentado em diferentes eventos, principalmente os voltados para a temática do folclore, como o *Congresso Internacional de Americanistas*, realizada entre os dias 23 e 28 de agosto de 1954 na cidade de São Paulo. Além disso, o texto foi impresso e distribuído para instituições de pesquisa e ensino e para autores com interesse na área.

Apesar da valorização dos povos Kaingang e Guarani enquanto formadores da identidade gaúcha, essa visão continuava carregada de subjetividades da colonialidade do saber. Desse modo, as culturas dos povos originários eram estudadas enquanto folclóricas e seu reconhecimento como sociedades civilizadas dependeria da submissão à cultura e modo de viver ocidental. Mesmo que Laytano tenha diferenciado do pensamento dos diretores que, anteriormente administraram o museu, ao estudar de forma heterogênea os povos originários e compreendê-los como formadores da identidade gaúcha, sua visão carregava heranças das gestões passadas.

## CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos mostrar que os objetos musealizados pelo MJC no período de 1901 a 1958 foram estudados a partir dos aspectos vinculados aos saberes da Antropologia e da Arqueologia, incorporados pela História Natural nas primeiras

décadas do século XX. Todavia, alguns objetos receberam outras interpretações, tais como as esculturas confeccionadas pelos Guarani das Missões, que diversas vezes foram consideradas arte e/ou relíquias históricas. Também podemos citar como exemplo, o sentido dado pelo museu sobre as seis flechas doadas pelo estado de São Paulo, as quais foram compreendidas como documentos históricos por terem sido encontradas em uma trincheira em meio à “Revolução Paulista” de 1932, episódio histórico que envolvia uma guerra civil entre homens não indígenas.

No período analisado, apontamos que as nações indígenas, através da coleção etnológica, foram, em um primeiro momento, consideradas a partir da História Natural. Os artefatos indígenas eram compreendidos como elementos científicos, assim como as plantas ou os animais irracionais. No entanto, quando esses objetos, de algum modo, se cruzavam com os povos europeus, eram compreendidos pela perspectiva histórica. Ainda, a coleção etnológica, que também foi pesquisada mediante os estudos folclóricos, representava povos do Rio Grande do Sul que formavam a identidade gaúcha, assim como os descendentes de europeus e africanos.

Além disso, a coleção etnológica do museu foi adquirida antes da fundação oficial da instituição. Com o passar do tempo, cresceu e teve uma sala de exposição dedicada à sua mostra, intitulada Alcides Maya, em homenagem ao diretor que, durante sua gestão, cuidou da coleção e, inclusive, doou importantes peças indígenas para o museu (SILVA, 2018; MELO, 2019). Por ter muitos objetos repetidos, algumas peças foram doadas a museus escolares de diferentes instituições de ensino. Mesmo que tenha sido considerada a partir de diferentes visões, a coleção etnológica continuou no museu e permanece nele até hoje, bem como, a sala dedicada aos povos originários.

As diferentes interpretações sobre a coleção etnológica, mesmo que tenham sido feitas por distintas perspectivas, tinham um elo em comum: inferiorizavam os povos indígenas. A partir da musealização dos objetos indígenas, processo que envolveu aquisição, pesquisa, documentação e exposição, o MJC produziu representações colonizadas sobre os diferentes povos originários em consonância com os contextos de cada gestão. Essas representações conformaram imaginários a respeito desses povos, haja vista que foram criadas numa instituição referência em termos de história, educação e cultura, visitada por estudantes, intelectuais e cidadãos em geral. Se o museu produziu representações colonizadas, também pode desconstruí-las no presente, e um dos caminhos para que isso aconteça é o estudo crítico sobre essas representações. Foi com essa intenção que este artigo foi elaborado.

## REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: Memorias y Esperanzas Colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión SAIC, 1991.

BARBEDO, Octacílio. Cerâmica dos Índios do Rio Grande do Sul. **Kosmos Revista Artística, Científica e Literária**, n 4, Abril, Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420\\_1906\\_00004.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1906_00004.pdf). Acesso em: 15 maio. 2020. (falta o número de páginas)

BRASIL, Fundação Nacional do Índio. Serviço de Proteção aos Índios - Serviço de Proteção aos Índios. [s.d.]. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/servi-co-de-protecao-aos-indios-spi>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BREFE, Ana Cláudia F. **O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional**. São Paulo: Editora da UNESP, Museu Paulista, 2005.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Nova Série, vol. 18, 2020, p. 1-30.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CURY, Marília Xavier. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

MELO, Roberta Madeira de. **Objetos de coleção, pesquisa e educação: representações sobre os povos indígenas no Museu Júlio de Castilhos (1901-1958)**. 2019. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

NEDEL, Leticia Borges. **Paisagens da Província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) PPG-História/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

PAZ, Felipe Rodrigo Contri. **Cultura Visual e Museus Escolares: representações raciais no museu Lassalista (Canoas, Rio Grande do Sul, 1925-1945)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) PPG- Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/131867>. Acesso em: 26 set. 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, nº 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: [https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=14](https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14) Acesso em: 14 agost. 2020.

PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. **El Desierto en una vitrina: museos e historia natural en la Argentina: 1810-1890**. 2ª. Ed. Rosário: Phohistoria Ediciones, 2014.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, v. 1, p. 51-86, 1984. Disponível em: [http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20\(1984b\).pdf](http://flanelografo.com.br/impermanencia/biblioteca/Pomian%20(1984b).pdf). Acesso em: 05 jun. 2020.

POSSAMAI, Zita Rosane. Pitoresca, bucólica e moderna: narrativas fotográficas urbanas dos Irmãos Ferrari. In: SANTOS, Alexandre; CARVAHO, Ana Maria Albani de. (Orgs.). **Imagens: arte e cultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 259 – 273, 2012a.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Lições de Coisas” No museu: O Método Intuitivo e o Museu do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, nas Primeiras Décadas do Século XX. **Education Policy Analysis**/Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, Arizona, Estados Unidos, vol. 20, p. 01-13, 2012b. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2750/275022797043/>. Acesso em: 29 set. 2020.

POSSAMAI, Z.R.; SILVA, Ana Celina Figueira da. Publicações reclamadas: Eduardo Duarte e a primeira revista do Museu Júlio de Castilhos Rio Grande do Sul, 1927-1930). **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 13, nº 2, p.69-94, 2020. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/821/761>. Acesso em 02 ago. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, setembro de 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoria de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en américa latina. **Pepes de Trabajo**. Rosario: Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, nº 19, p. 01-15, Jun./2010. Disponível em: <http://rehip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/1586/n19a01.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 abri. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1904.

Museu Julio de Castilhos. Correspondências expedidas – 1932. Porto Alegre, 1932 [arquivo permanente. - AP. 2.008]. Livro de Ofícios Recebidos, 1928.

Museu Julio de Castilhos. Correspondências expedidas – 1932. Porto Alegre, 1932 [arquivo permanente. - AP. 2.008]. Livro de Ofícios Expedidos, 1929.

Museu Julio de Castilhos. Correspondências expedidas – 1932. Porto Alegre, 1932 [arquivo permanente. - AP. 2.008]. Livro de Ofícios Expedidos, 1932.

Museu Julio de Castilhos. Correspondências expedidas – 1932. Porto Alegre, 1932 [arquivo permanente. - AP. 2.008]. Livro de Ofícios Recebidos, 1944.

Museu Julio de Castilhos. Correspondências expedidas – 1932. Porto Alegre, 1932 [arquivo permanente. - AP. 2.008]. Livro de Ofícios Expedidos, 1954.

SANJAD, Nelson Rodrigues. **A coruja de Minerva:** o Museu Paraense entre o Império e a República: 1866-1907. 2005. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6144>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Celina Figueira da. **Investigações e Evocações do Passado:** O Departamento de História Nacional do Museu Julio de Castilhos (Porto Alegre –Rio Grande do Sul, 1925-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) PPG História/UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180928/001072500.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jul. 2020.

THIELKE, Natália. **O percurso das imagens:** a estatuária missioneira no Museu Júlio de Castilhos e no Museu das Missões (1903-1940). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) PPG- Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107931/000945220.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2020.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Santa Catarina, Ano 27, n. 41, p. 25-35, Dez./2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595/1495>. Acesso: 10 jul. 2020.

Recebido em: 30/set/2020

Aceito em: 5/jul/2021